

HABEAS CORPUS Nº 523.984 - SP (2019/0221431-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : LARA CRISTILLE LEIKO DAMNO GALINDO
ADVOGADO : LARA CRISTILLE LEIKO DAMNO GALINDO - SP354881
IMPETRADO : SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA
PACIENTE : CACILDO STAGGEMEIER GALINDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. INDULTO. DECRETO N. 9.246/2017. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. QUESTÃO A SER ANALISADA PRIMEIRO PELO TRIBUNAL LOCAL NO AGRAVO EM EXECUÇÃO INTERPOSTO NA ORIGEM. PARECER ACOLHIDO.
Writ não conhecido.

DECISÃO

No PEC n. 0006066-77.2017.826.0041, o Juízo de Direito da 2ª Vara das Execuções Criminais do Foro de Presidente Prudente/SP indeferiu o pedido de indulto formulado por **Cacildo Staggemeier Galindo** com base no Decreto n. 9.246/2017.

O Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu liminarmente o HC n. 2142025-41.2019.8.26.0000 nos termos desta ementa (fl. 90):

Habeas corpus - Pretendido reexame de decisão do Juízo das Execuções que indeferiu pedido de indulto - Via inadequada para análise do pedido - Indeferimento liminar do *writ*.

Em sede de *habeas corpus* é inviável reexaminar decisão do Juízo das Execuções que indeferiu pedido de indulto. A matéria deve ser apreciada em grau de recurso pelo próprio Tribunal de Justiça, mas em sede de Agravo em Execução. Indefere-se liminarmente o *writ*.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante busca seja concedido o indulto ao paciente, em todos os seus termos, inclusive quanto à pena de multa imposta, por preencher os requisitos dispostos no art. 2º, III, conforme redução constante no § 1º, I, do Decreto n. 9.246/2017, *uma vez que o paciente não possui antecedentes criminais e já cumpriu o quantum da reprimenda legal disposta nos requisitos para concessão do instituto do indulto dispostos em tal artigo, conforme demonstram, respectivamente, folhas de antecedentes acostados ao presente e cálculo de pena* (fl. 9).

O pedido liminar de concessão de imediata liberdade ao paciente foi

Superior Tribunal de Justiça

indeferido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça (fls. 94/95).

O Tribunal de Justiça de São Paulo prestou informações (fls. 101/115).

O Ministério Público Federal opinou nos termos desta ementa (fl. 117):

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DA PENA. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INVIABILIDADE. PLEITO DE CONCESSÃO DE INDULTO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INFORMAÇÕES TRAZIDAS AOS AUTOS QUE DÃO CONTA DA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS.

É o relatório.

É incabível a pretendida supressão de instância para decidir tema não debatido no acórdão impugnado. Além disso, correta a manifestação do parecerista de que *não há ilegalidade que possa render ensejo à concessão ex officio da ordem* (fl. 119).

Com efeito, a questão há de ser analisada primeiro pela Corte estadual no julgamento do Agravo em Execução n. 0009524-69.2019.8.26.0482, interposto para discutir o preenchimento dos requisitos para concessão do indulto.

Pelo exposto, **não conheço** deste writ.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator